

Revista
Brasileira de
Linguística
Antropológica

Volume 17 – 2025



UnB



LALI

e-ISSN: 2317-1375

Universidade de Brasília

Reitora

Rozana Reigota Naves

Vice-Reitor

Márcio Muniz de Farias

Decana de Pesquisa e Inovação

Renata Aquino

Diretora do Instituto de Letras

Gladys Quevedo Camargo

Vice-Diretora do Instituto de Letras

Flávia de Oliveira Maia Pires

Diretora do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas (LALLI)

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral

R454 Revista Brasileira de Linguística Antropológica / Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, Editora – v. 17 (2025) – Brasília, DF: Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2025.

Anual

e-ISSN: 2317-1375

Publicação *on-line*: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/>

1. Linguística antropológica. 2. Línguas e culturas indígenas – Américas. 3. Linguística histórica. 4. Tipologia linguística. I. Cabral, Ana Suelly Arruda Câmara.

CDU 81'27

<https://periodicos.unb.br/index.php/ling/>

Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas (LALLI/IL-UnB)
Endereço: ICC Sul, sala BSS-234, Campus Universitário Darcy Ribeiro
CEP 70900-900, Brasília-DF, Brasil

Línguas indígenas brasileiras ameaçadas de extinção

Brazilian indigenous languages threatened with extinction

Aryon Dall'Igna Rodrigues¹

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral²

ORCID: 0000-0001-7212-9178

DOI: <https://doi.org/10.26512/rbla.v17i1.61008>

Recebido em janeiro/2025 e aceito em fevereiro/2025.

Como em outras partes do mundo, também no Brasil os povos minoritários e suas línguas têm estado sob crescente pressão das maiorias envolventes. Essa pressão ocorre tanto ao nível básico da redução das terras essenciais para a aquisição ou produção de alimentos, como ao nível da formação sujeita a escolarização inadequada e alheia à língua nativa. Todas as cerca de 180 línguas indígenas no Brasil estão sujeitas a pressões muito fortes e pode-se considerar que todas estão ameaçadas de extinguir-se no decorrer deste século. Algumas, entretanto, estão mais imediatamente ameaçadas, algumas em situação já irreversível. Nesta comunicação vamos tratar dessas situações e da definição de prioridades para sua documentação, análise e preservação.

No âmbito de um estado moderno uma das maiores ameaças à sobrevivência das línguas de minorias étnicas é a ausência de informações sobre sua existência. Não havendo notícias da presença de uma dada língua no estado, nenhuma medida administrativa será tomada com respeito a sua preservação ou promoção e nenhum projeto de ação urgente será apoiado. Esta situação é agravada pela suposição generalizada de que há apenas uma língua indígena e pela idéia preconceituosa de que essa deve ser um meio de comunicação rudimentar, sem maior importância ('os índios não falam línguas, falam «dialetos»'). Certamente incumbe aos lingüistas identificar

¹ Foi professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, e fundador e coordenador do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas.

² Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, coordenadora do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas, bolsista em produtividade científica CNPq - Nível B. E-mail: asacczoe@gmail.com

as línguas das minorias indígenas e informar a sociedade majoritária sobre sua existência, sua natureza e real importância para essas minorias e para toda a comunidade nacional em que elas se inserem pela organização do estado moderno.

Como proclamado formalmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – a UNESCO – e afirmado pelo Governo brasileiro, as línguas – todas as línguas – são patrimônio cultural da Humanidade, de modo que as línguas existentes em cada nação fazem parte também do patrimônio cultural dessa nação. É em virtude desse reconhecimento que o Ministério da Cultura, por seu órgão especializado, que é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com apoio da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, está promovendo o levantamento e registro de todas as línguas faladas no território nacional.

Quando dizemos que hoje são faladas no Brasil *cerca de* 180 línguas indígenas, a expressão aproximativa tem duas razões de ser. Por um lado, segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) há atualmente perto de 50 grupos indígenas isolados, isto é, que não mantêm relações com os segmentos não indígenas da população regional. Dado esse isolamento, não sabemos se a língua de cada um deles é a mesma que a de algum povo já contactado, se é semelhante a outra ou se é mais uma língua ainda não conhecida pelos pesquisadores. Assim, o número aproximado de 180 refere-se somente a línguas das quais já há alguma documentação, ainda que mínima, e é, em princípio, um número bastante conservador, pois é possível que o número real esteja em torno de 200. Apesar de 180 ser assim um número conservador, alguns lingüistas têm ultimamente procurado rebaixá-lo com diferentes motivações. Alguns procuram qualificar como “dialetos” línguas mais aparentadas, dando a entender que, havendo já análise e descrição de uma delas, não é necessário investir no estudo das demais. Segundo esse entendimento, se a língua dos índios Gavião ou Ikõro, em Rondônia, foi tratada na tese de doutorado de um colega norteamericano, há um quarto de século, não há por que programar pesquisa com as línguas dos índios Cinta-Larga e dos Zoró, em Mato-Grosso, que seriam meros dialetos daquela. Se, após mais de trinta anos de pesquisa sobre a língua dos índios Kuikúru, no Alto Xingu, resultou agora a defesa de uma tese de doutorado sobre essa língua, então essa é eleita “a língua Karíb do Alto Xingu”, relegadas a dialetos a dos Kalapálo, a dos Matipú e a dos Nahukwá. É necessário, entretanto, considerar que para cada povo a sua é *a língua*, cuja promoção merece a mesma atenção que as dos povos aparentados, independentemente do grau de parentesco que reconheçamos entre elas. Como a língua está intimamente ligada à cultura, isto é, ao

conjunto de usos e costumes, de crenças e tradições do povo que a fala, não se pode estender indiscriminadamente as expressões da língua de um povo para outro, por mais que elas pareçam intercompreensíveis. Anos atrás os índios Krahô do Tocantins rejeitaram indignados a cartilha elaborada para um grupo Timbira do Maranhão, cujos autores consideraram que falavam a mesma língua que os Krahô. O motivo maior da rejeição e indignação foi o nome próprio do personagem apresentado como narrador ao longo das lições, nome que pertencia ao inventário de nomes dos Timbira e não ao dos Krahô, fato cultural relevante para os indígenas, mas que os organizadores da cartilha desconheciam.

Um dos primeiros inventários das línguas indígenas atualmente faladas no Brasil, com indicação de suas localizações geográficas e número aproximado de falantes, foi publicado em 1985 no mapa *Povos indígenas do Brasil e presença missionária*, organizado por Dirceu Aguirre e Aryon D. Rodrigues (2ª edição, Brasília: CIMI). Outra versão desse inventário, dividida por famílias lingüísticas, foi apresentada no meu livro *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*, publicado em 1986 (São Paulo: Edições Loyola). Mais recentemente, com alguma atualização sobre os números de falantes, publiquei novo inventário na revista *Ciência e Cultura* (vol. 57, p. 35-38, São Paulo: SBPC) e no *qüinqüênário Povos Indígenas no Brasil 2001-2005* (p. 58-63, São Paulo: Instituto Socioambiental, org. por Beto e Fany Ricardo, 2006). Os dados demográficos nesses inventários, ainda que em parte muito precários (só em 2010 o IBGE deverá incluir, pela primeira vez, as línguas, inclusive as indígenas, no recenseamento geral da população brasileira), permitem distinguir, *grosso modo*, línguas mais imediatamente ameaçadas de extinção devido ao já muito reduzido número de falantes.

A língua indígena com maior número de falantes no Brasil é hoje a Tikúna, do Alto Amazonas, falada em território brasileiro por 30.000 pessoas, além de contar com 4.500 falantes na Colômbia e 4.200 no Peru. Tanto considerando só a população Tikúna do Brasil, como tendo em conta a população total de cerca de quase 40.000 pessoas, a língua Tikúna se situa na faixa mundial das línguas mais ameaçadas, dados seu relativamente pequeno número de falantes e a marginalidade desses falantes em relação às maiorias lingüísticas que dominam seus respectivos países. Devemos, portanto, preocupar-nos muito com a sobrevivência dessa língua, a qual é patrimônio cultural não só do Brasil, mas também da Colômbia e do Peru, mas devemos preocupar-nos igualmente, ou ainda mais, com a salvaguarda das demais línguas indígenas do nosso país, cujo número de falantes varia de 28.000 até não mais que cinco ou seis pessoas, que sobrevivem em condições em geral muito mais difíceis que as do povo Tikúna.

Como a língua está intimamente ligada à cultura, isto é, ao conjunto de usos e costumes, de crenças e tradições do povo que a fala, não se pode estender indiscriminadamente as expressões da língua de um povo para outro, por mais que elas pareçam intercompreensíveis. As línguas mais imediatamente ameaçadas de extinção são naturalmente aquelas com menor número de falantes. Há presentemente quinze línguas indígenas brasileiras que contam com não mais de vinte falantes. Em geral esse pequeno número de pessoas se deve não a mudança de língua pela maioria de uma população, mas ao extermínio mais ou menos recente – ou até muito recente – da maioria do respectivo povo por invasores não indígenas. Não tão recente foi a matança do povo Xetá (de língua da família Tupí=Guarani), perpetrada no fim da década de 1950, no noroeste do Estado do Paraná, por agentes da COBRINCO, uma companhia colonizadora fomentada pelos então governadores dos estados do Paraná e São Paulo. O último falante da língua que sobrevive, com mais de 70 anos de idade, sofreu recentemente um derrame cerebral. Os cinco falantes da língua Akuntsú (da família lingüística Tuparí), no sueste de Rondônia, são os únicos sobreviventes da destruição de seu povo, no final da década de 1990, a mando de fazendeiros que se estabeleceram em suas terras. Na mesma área vivem também quatro sobreviventes do povo Kanoê (de língua isolada) e um único restante de outro povo, que, em atitude defensiva, ainda se nega a permitir a aproximação de qualquer pessoa, de modo que não se sabe a que povo pertence, nem qual sua língua. Os índios Guajá, que até há 15 anos estavam expostos às agressões de madeireiros e fazendeiros no oeste do Maranhão, estão hoje com suas terras demarcadas e protegidas oficialmente, embora ainda expostos à pressão invasora dos não-índios. Em seu território vivem já há vários anos dois homens, para lá levados pela FUNAI, que são os únicos sobreviventes de um outro povo indígena e que falam uma língua diferente da dos Guajá, embora da mesma família lingüística (a Tupí-Guaraní), a qual ficou conhecida como a “língua de Aurê e Aurá”, dos nomes atribuídos aos dois.

Há vários outros casos como esses, em que muito recentemente tem sido selado o fim de uma língua pela eliminação do povo que a fala. Foram mencionados acima apenas aqueles em que pesquisadores do Laboratório de Línguas Indígenas da Universidade de Brasília têm procurado salvar o conhecimento das línguas que estão fortemente ameaçadas ou já irreversivelmente encaminhadas para o desaparecimento. Há casos de desmantelamento progressivo do povo indígena, ao longo de muitos decênios, como o da língua Krenák de Minas Gerais ou o da língua dos Avá-Canoeiros de Goiás, uns e outros hostilizados e perseguidos desde o século XIX. Hoje são identificadas no Brasil 45 línguas com menos de 100 falantes

e a maioria dos povos que as falam têm passado por situações semelhantes. O maior número dessas línguas está em Rondônia (15) e no Amazonas (14). Nos outros estados, sobretudo nos do nordeste, do centro, do sueste e do sul, onde era falada a maioria das línguas que desapareceram completamente, ocorreram repetidamente tanto situações de extermínio a ferro e fogo dos povos indígenas, como situações de opressão prolongada pela escravidão e por outras formas de subjugação. Sobretudo no nordeste há hoje mais de 20 povos indígenas que já não falam mais suas línguas nativas, mas somente o Português regional. Estima-se que em todo o território do Brasil atual foram faladas, há quinhentos anos, cerca de 1200 línguas, pertencentes, naturalmente, a cerca de 1200 povos indígenas (Rodrigues 1993a, 1993b), de modo que as 180 línguas ainda existentes são apenas 15% da variedade de línguas e povos que viviam neste território.

Com respeito a esses 15% de línguas que se mantiveram, cabe ao estado brasileiro reconhecer o valor de sua especificidade lingüística e cultural, não só declarando-as patrimônio imaterial da nação, mas apoiando as pesquisas e ações educacionais apropriadas para documentá-las e analisá-las cientificamente e fomentando programas educacionais específicos, que, com professorado indígena bilíngüe, assegurem a aprendizagem de novos conceitos, hoje necessários, sem perda das línguas nativas e dos valores culturais que elas traduzem.

Referências

- AGUIRRE, Dirceu, e Aryon D. Rodrigues (orgs.). *Mapa: Povos indígenas do Brasil e presença missionária*. 2ª. edição. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 1985.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. 2005. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura* 57:35-38, São Paulo, SBPC.
- _____. 2006. As línguas indígenas no Brasil. In: Beto e Fany Ricardo (orgs.), *Povos Indígenas no Brasil 2001-2005*, p. 58-63. São Paulo: Instituto Socioambiental.